

A INVISIBILIDADE DAS MULHERES NA PESCA ARTESANAL: Comunicação Violenta, Silenciamento e Direitos

Prof.^a Dr.^a Shirlena Campos de Souza Amaral
*Professora do Programa de Pós Graduação e Linguagem da
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf).*
E-mail: shirlena@uenf.br

Margareth de Almeida Fernandes
*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem da Universidade
Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf).*
E-mail: margot.fernandes@hotmail.com

Edson Araujo da Silva
*Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem da Universidade
Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf).*
E-mail: easjornalista@gmail.com

Patrícia Brandão Pupe
*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem da Universidade
Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf).*
E-mail: patriciapupe@gmail.com

RESUMO

O presente estudo discute a inserção e a relevância das mulheres nas atividades da pesca artesanal brasileira, destacando a discrepância entre sua atuação fundamental em diversas etapas da cadeia produtiva e a invisibilidade social que enfrentam. Embora contribuam desde a captura até a comercialização, permanecem associadas ao papel de “ajudantes”, reflexo da divisão sexual do trabalho e da persistência do patriarcado nas comunidades pesqueiras. A pesquisa é baseada na revisão bibliográfica interdisciplinar, evidencia que a comunicação violenta verbal e não verbal atua como mecanismo de silenciamento, afetando a autoestima feminina com limitações em sua mobilização política. Diferentes formas de violência, como a psicológica, moral e patrimonial, reforçam estereótipos e sustentam desigualdades. O estudo destaca-se ainda nas expressões corporais de medo e recolhimento reveladas como processos de opressão pouco visíveis. Como aporte central, o estudo sustenta a necessidade de políticas públicas capazes de reconhecer os saberes tradicionais das trabalhadoras e ampliar sua proteção social de forma efetiva. Assinala, contudo, a limitação, a falta de estratégias operacionais que possibilitem o fortalecimento concreto de seu protagonismo. Em uma leitura mais crítica é reafirmada a relevância de uma educação política comprometida com a valorização dessas mulheres e com o enfrentamento da comunicação violenta, entendida como uma das bases que sustentam as desigualdades de gênero no campo da pesca artesanal.

Palavras-chave: comunicação violenta; patriarcado; emancipação feminina.

ABSTRACT

This study examines the presence and relevance of women in Brazilian artisanal fishing, emphasizing the gap between their essential participation in different stages of the production chain and the persistent social invisibility they face. Although they contribute to activities ranging from harvesting to commercialization, they are still commonly perceived as mere “helpers,” a perception rooted in the sexual division of labor and in enduring patriarchal norms within fishing communities. Based on an interdisciplinary literature review, the research shows that both verbal and non-verbal forms of violent communication operate as mechanisms of silencing, undermining women’s self-esteem and restricting their political engagement. Various expressions of violence—psychological, moral, and patrimonial—reinforce stereotypes and reproduce gender inequalities. The study also highlights how bodily expressions of fear and withdrawal reveal subtle forms of oppression. As a central contribution, it argues for public policies that recognize women’s traditional knowledge and ensure effective social protection. It also notes, as a limitation, the absence of concrete strategies to strengthen their leadership and visibility. From a critical perspective, the study reaffirms the importance of political education committed to valuing these women and confronting violent communication as a structural element of gender inequality in artisanal fisheries.

Keywords: violent communication; patriarchy; women’s empowerment.

INTRODUÇÃO

A pesca artesanal constitui um espaço tradicional de saberes e práticas comunitárias em que homens e mulheres compartilham o trabalho e a sobrevivência em condições marcadas pela precariedade econômica, pelo esforço coletivo e pela valorização desigual de suas funções. Embora desempenhem atividades fundamentais em toda a cadeia produtiva, da coleta de mariscos à preparação e comercialização do pescado, passando por tarefas logísticas, organizacionais e de manutenção da vida comunitária, as mulheres permanecem sistematicamente invisibilizadas, tanto nos registros institucionais quanto nas representações simbólicas que moldam o imaginário social sobre o setor.

Essa invisibilidade não é acidental, mas expressão de uma estrutura histórica marcada pela divisão sexual do trabalho e pela naturalização de papéis de gênero. Segundo dados do IBAMA (2023), menos de 20% dos registros profissionais na pesca artesanal correspondem a mulheres, número que contrasta drasticamente com sua presença cotidiana e com o acúmulo de saberes que sustentam as práticas tradicionais. Essa contradição evidencia falhas nas políticas públicas e revela um padrão cultural que associa o universo da pesca a uma masculinidade normativa, relegando as mulheres à condição de “ajudantes”, mesmo quando assumem atividades centrais.

Nesse contexto, a comunicação assume papel determinante na reprodução das desigualdades. A comunicação violenta, conforme Rosenberg (2006), constitui um modo de interação que nega a empatia, reforça hierarquias e legitima práticas de exclusão. Nas comunidades pesqueiras, manifesta-se em gestos, silêncios, discursos e representações que desqualificam a fala feminina, deslegitimam seus saberes e limitam sua participação em espaços de decisão. Atua, portanto, como dispositivo simbólico que naturaliza formas de dominação e mantém a estrutura patriarcal no cotidiano do trabalho.

Compreender a articulação entre comunicação violenta, gênero e trabalho é fundamental para revelar como determinadas práticas discursivas produzem e estabilizam desigualdades. A leitura interdisciplinar torna-se, assim, imprescindível. Fraser (2006) contribui ao conceber a invisibilidade feminina como um problema de reconhecimento, no qual a desvalorização cultural impede o acesso a direitos e redistribuição material. Butler (2018) aprofunda essa análise ao discutir o gênero como performatividade, mostrando como práticas reiteradas delimitam o que mulheres podem ou não fazer. Bourdieu (1998), ao

discutir violência simbólica, ajuda a compreender como gestos, classificações e nomeações regulam e reforçam a dominação masculina. Freire (2019), por sua vez, oferece perspectiva emancipatória ao defender a dialogicidade como caminho para romper silenciamentos e ampliar a participação política das mulheres.

Dessa forma, a pesca artesanal deve ser entendida não apenas como território econômico de produção, mas como campo simbólico onde relações de gênero são negociadas, disputadas e ressignificadas. A presença feminina, ainda que central, permanece atravessada por estruturas que naturalizam a exclusão, dificultam sua mobilização e limitam sua visibilidade social. Observar a comunicação como dimensão estruturante dessas relações é, portanto, chave para compreender a persistência das hierarquias de gênero no setor. Diante desse cenário, este artigo busca compreender de forma crítica como a comunicação violenta atua como instrumento de manutenção da invisibilidade das mulheres na pesca artesanal. Para isso, articula aportes da Comunicação Social, do Feminismo, da Antropologia do Trabalho e das Teorias Sociais contemporâneas. Ao analisar discursos, práticas e símbolos que sustentam a desigualdade, pretende-se contribuir para formulação de políticas públicas que reconheçam os saberes das trabalhadoras, ampliem sua voz política e promovam justiça social nas comunidades pesqueiras.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A compreensão das desigualdades de gênero, raça e classe na pesca artesanal possuem uma demanda, uma perspectiva interdisciplinar capaz de integrar sociologia, estudos feministas, comunicação e antropologia do trabalho. Esse esforço analítico revela que tais desigualdades não são fenômenos isolados, mas engrenagens interdependentes que estruturam a própria organização social das comunidades pesqueiras. As contribuições de Bourdieu (1998), Butler (2018), Fraser (2006) e das autoras latino-americanas Gonzalez (2020) e Lugones (2008), nos permitem um arcabouço teórico potente para desvelar os mecanismos simultaneamente, simbólicos e materiais que sustentam a subalternização das mulheres, especialmente as negras e periféricas, sobretudo no cotidiano da produção quanto na esfera pública e nos processos comunicacionais.

Enquanto Bourdieu (1998), evidencia como a dominação masculina se reproduz nos *habitus* e nas hierarquias simbólicas que naturalizam a divisão sexual do trabalho, Butler (2018), ilumina a força normativa dos discursos que conformam, reiteram e limitam as possibilidades de atuação das mulheres no espaço comunitário. Fraser (2006), contribui ao demonstrar que a injustiça vivida por essas trabalhadoras é bivalente, envolve privação econômica, mas também desvalorização cultural, exigindo políticas que articulem redistribuição e reconhecimento. Em diálogo com esse conjunto teórico, Gonzalez (2020), denuncia o mito da democracia racial e situa a mulher negra como sujeito atravessado por uma opressão que é simultaneamente de gênero e racial, enquanto Lugones (2008), aprofunda a crítica ao “sistema moderno/colonial de gênero”, revelando como a herança estrutural do colonialismo, formas específicas de violência, exploração e apagamento.

Nessas perspectivas, quando articuladas ao contexto da pesca artesanal, permitem compreender que a invisibilidade das mulheres que não é fruto de omissões isoladas, mas resultado de estruturas históricas e comunicacionais que legitimam certas vozes e silenciam outras. Assim, analisar o trabalho feminino nesse setor implica reconhecer que a produção simbólica, os discursos, os enquadramentos, as narrativas comunitárias, é tão determinante quanto a divisão material do trabalho na manutenção das desigualdades.

Violência simbólica e naturalização das desigualdades: BOURDIEU

Bourdieu (1998) argumenta que a dominação simbólica opera de forma silenciosa, naturalizando hierarquias e fazendo-as parecer resultados espontâneos da ordem social. No universo da pesca artesanal, essa operacionalidade é particularmente evidente, práticas, discursos e classificações cotidianas transformam o trabalho feminino. Ainda que central para a manutenção da atividade, em mero auxílio, cuidado ou extensão das tarefas domésticas. Trata-se de um campo social em que as disposições incorporadas ao longo de gerações moldam percepções sobre quem detém autoridade, quem produz valor e quem apenas “ajuda”.

O conceito de *habitus* é decisivo para compreender esse processo. Ele nos permite identificar como mulheres e homens internalizam expectativas sociais sobre seus papéis, naturalizando a ideia, de que o mar, a captura e o manejo do pescado são domínios masculinos, enquanto às mulheres caberiam tarefas de limpeza, beneficiamento, venda, organização e cuidado. Essas disposições não são escolhas individuais, mas resultado de estruturas históricas que se inscrevem nos corpos, nos gestos e na própria percepção do possível. Assim, o *habitus* orienta práticas de maneira reflexiva, tornando a desigualdade uma experiência vivida como norma e não como construção social.

A divisão sexual do trabalho, descrita por Bourdieu (1998), como uma das formas mais persistentes de dominação simbólica, atualizada na pesca artesanal por meio de classificações aparentemente neutras, como “trabalho pesado” associado ao homem e “trabalho leve” atribuído à mulher. Contudo, essa distinção não corresponde ao valor real das atividades, mas a um esquema simbólico que associa força, risco e protagonismo à masculinidade, e subalternidade, suporte e invisibilidade ao feminino. A despeito de sua relevância para a cadeia produtiva, o beneficiamento, a conservação, a venda, as negociações, as redes de confiança comunitária, o trabalho das mulheres é desqualificado simbolicamente, o que repercute diretamente no acesso a direitos, renda, políticas públicas e reconhecimento.

O capital simbólico também desempenha papel central nesse cenário. Ao serem sistematicamente excluídas de espaços formais de decisão, as colônias, associações, fóruns públicos. As mulheres acumulam menor capital social e institucional. Isso reduz sua capacidade de serem reconhecidas como agentes legítimas do setor, reforçando a própria lógica de exclusão que as marginalizam. Bourdieu (1998), mostra que a dominação se perpetua justamente porque aqueles que têm menos acesso a capitais são levados a acreditar que sua posição é natural, enquanto aqueles que ocupam posições de prestígio veem sua autoridade como evidente e merecida. Na pesca artesanal, essa dinâmica é visível quando homens se tornam automaticamente porta-vozes das comunidades, mesmo em contextos onde as mulheres possuem conhecimento técnico e experiência superior.

A violência simbólica, portanto, manifesta-se não apenas na desvalorização explícita do trabalho feminino, mas também nos modos de nomear, nos gestos cotidianos, nas piadas, nos silenciamentos e nas expectativas de comportamento. Ela opera na linguagem e nos enquadramentos comunicacionais que produzem o masculino como sujeito legítimo da pesca e o feminino como presença secundária, ainda que indispensável. Essa lógica dificulta a participação das mulheres em lideranças, negociações políticas, acesso a editais ou formação técnica, mantendo-as em posições de fragilidade institucional.

Compreender a pesca artesanal a partir de Bourdieu (1998), significa, portanto, reconhecer que a desigualdade não está apenas na distribuição material do trabalho, mas na estrutura simbólica que organiza o que é visto, ouvido e valorizado. Esse olhar revela que a transformação das condições de vida das mulheres exige não apenas políticas econômicas, mas também a disputa pelos sentidos, pelas classificações e pelos lugares legítimos de fala

e atuação. É nesse entrelaçamento entre estruturas objetivas e subjetivas que se reproduzem e poder serem contestadas, a dominação masculina no campo da pesca artesanal.

Gênero como performatividade: BUTLER

A proposta de Butler (2018), amplia substancialmente a discussão ao compreender o gênero como uma construção performativa sustentada por repetições normativas que moldam corpos, condutas e expectativas sociais. Para a autora, categorias como “mulher cuidadora” e “homem pescador” não correspondem a essências naturais, mas a efeitos de práticas reiteradas que, ao se repetirem, produzem a ilusão de estabilidade. São performances consolidadas no tempo que se tornam referência do que é considerado possível, apropriado ou legítimo para cada sujeito.

Aplicada ao contexto da pesca artesanal, essa abordagem permite entender por que tarefas femininas vinculadas à logística da produção, ao processamento do pescado, à organização comunitária, ao gerenciamento de recursos e à administração familiar permanecem sistematicamente invisibilizadas. Essas atividades, embora indispensáveis ao funcionamento da cadeia produtiva, são enquadradas como extensões do cuidado e, por isso, descoladas do reconhecimento formal de “trabalho”. Em contrapartida, o ato da pesca associado ao mar, ao risco, à força física e à presença pública, é continuamente performedo como território masculino, tornando-se o núcleo simbólico do valor produtivo.

A performatividade, nesse caso, opera como mecanismo que define o que pode ou não ser percebido como trabalho legítimo. A repetição diária das práticas, homens ocupando o espaço marítimo e as decisões, mulheres circulando na retaguarda produtiva e doméstica, reforça os limites do possível e naturaliza desigualdades. Esses enquadramentos não se restringem às ações, mas atravessam discursos, gestos, narrativas comunitárias e modos de nomear, compondo um regime de inteligibilidade que legitima o masculino como protagonista e o feminino como suporte.

Assim, a leitura de Butler (2018), nos mostra que a desigualdade de gênero na pesca artesanal não deriva apenas da divisão material do trabalho, mas da força regulatória dos discursos que determinam quais corpos aparecem, quais trabalhos contam e quais sujeitos são reconhecidos como agentes produtivos. Ao revelar o caráter contingente das normas de gênero, Butler (2018), abre espaço para questionar a naturalização dessas hierarquias e para vislumbrar práticas que desestabilizem a repetição que sustenta a invisibilidade das mulheres.

Justiça como redistribuição e reconhecimento: FRASER

A contribuição de Fraser (2006), amplia o debate ao demonstrar que as desigualdades não se limitam ao plano econômico, mas incluem também dimensões simbólicas e culturais que estruturam a subordinação de determinados grupos sociais. Para a autora, injustiças vividas por mulheres, populações racializadas e grupos precarizados são “bivalentes”, isto é, atravessadas simultaneamente pela falta de recursos materiais e pela desvalorização cultural de suas identidades e modos de vida. Políticas públicas eficazes, portanto, precisam articular redistribuição, o acesso, a renda, direitos, condições de trabalho e o reconhecimento, a valorização simbólica, legitimidade social e desestabilização de padrões culturais que produzem inferiorização.

No universo da pesca artesanal, essa perspectiva revela um ponto crucial, tornar visível o trabalho das marisqueiras e pescadoras é fundamental, mas só isso não basta. O reconhecimento simbólico, modificar narrativas comunitárias, incluir as mulheres como trabalhadoras legítimas, nomear suas práticas como trabalho e não como “ajuda”, é apenas

uma parte do processo. Sem redistribuição de direitos e recursos, a injustiça permanece. Isso implica ampliar o acesso à previdência, à formalização profissional, à infraestrutura adequada, aos equipamentos de segurança, à assistência técnica, aos espaços decisórios e às garantias jurídicas que sustentam sua autonomia e proteção social.

Fraser (2007), argumenta que políticas afirmativas podem funcionar como instrumentos temporários de reparação, desde que articuladas a transformações estruturais que modifiquem as bases institucionais da desigualdade. No caso das trabalhadoras do mar, isso significa integrar programas econômicos, formação profissional, reconhecimento dos saberes tradicionais e medidas que combatam a desqualificação simbólica das atividades femininas. A justiça, para Fraser (2007), depende justamente dessa combinação entre igualdade material e valorização cultural, condição indispensável para reverter a invisibilidade histórica que afeta as mulheres da pesca e construir políticas públicas verdadeiramente emancipatórias.

Resistência e construção de narrativas próprias: BELL HOOKS

Hooks (1984), destaca que, mesmo diante de múltiplas formas de opressão, racismo, sexismo, classismo das mulheres, especialmente as mulheres negras, constroem trajetórias contínuas de resistência. Essa resistência não é apenas reação, mas forma ativa de produção de sentidos, de afirmação subjetiva e de criação de espaços de existência social. Para Hooks (1984), a luta contra o apagamento passa necessariamente pela disputa narrativa: quem narra, quem interpreta e quem tem autoridade para contar a própria história.

No campo da comunicação, essa perspectiva é fundamental. Práticas como comunicação comunitária, produção audiovisual independente, mídias alternativas e ativismo digital ampliam o repertório de fala das mulheres e criam fissuras na hegemonia dos discursos tradicionais. Em comunidades tradicionais, como a pesca artesanal, essas ferramentas tornam-se espaços privilegiados de denúncia, visibilidade e construção de identidades políticas. Ao registrar seus saberes, organizar campanhas, produzir vídeos, fotografias e depoimentos, as trabalhadoras reconfiguram o modo como são vistas — e, mais ainda, como se veem.

A produção de narrativas próprias funciona, portanto, como estratégia de descolonização simbólica. Ela não apenas combate apagamentos históricos, mas fortalece a consciência política coletiva, permitindo que mulheres reconheçam seus saberes, reivindiquem direitos e disputem espaços decisórios. Como enfatiza Hooks (1984), a voz é um lugar de poder: fazer-se ouvir é parte constitutiva do processo de emancipação. Assim, ao deslocar o olhar dominante e afirmar suas experiências, mulheres negras, indígenas e de comunidades tradicionais rompem com o regime de silenciamento imposto por estruturas patriarcais, racistas e coloniais.

Nesse sentido, a comunicação deixa de ser apenas instrumento e se torna prática política, meio pelo qual novos sentidos são produzidos, alianças são fortalecidas e subjetividades subalternizadas reivindicam centralidade. Hooks (1984), nos lembra que resistência é sempre também criação: criar mundos possíveis por meio da palavra, da imagem e da ação coletiva.

Interseccionalidade: GONZALEZ e LUGONES

Gonzalez (2020) e Lugones (2008) introduzem um olhar profundamente interseccional ao evidenciar que o gênero não opera de forma isolada, mas articulado a processos de racialização, classe social e heranças coloniais. Para Gonzalez (2020), a figura da mulher negra sintetiza contradições estruturais do Brasil, é alvo simultâneo de racismo e sexismo, ocupando posições marcadas pela desqualificação simbólica e econômica. Já

Lugones (2008), aprofunda essa discussão ao demonstrar que o sistema moderno-colonial de gênero impôs categorias rígidas e hierarquizadas, nas quais mulheres marcadas racialmente, foram posicionadas como corpos úteis ao trabalho, ao cuidado e à reprodução, mas destituídos de reconhecimento social.

No contexto das comunidades tradicionais, pescadoras, marisqueiras, indígenas e quilombolas, tais estruturas se entrelaçam de modo ainda mais complexo. A invisibilidade de seus saberes, práticas e formas de organização não decorre apenas do fato de serem mulheres, mas de carregarem marcas sociais historicamente subalternizadas, resultantes da intersecção entre gênero, raça, território, memória e ancestralidade. Seus conhecimentos sobre marés, manejo de recursos, redes de sociabilidade e técnicas de beneficiamento são frequentemente marginalizados porque desafiam epistemologias dominantes e não se enquadram nos critérios formais de conhecimento validados pelo Estado.

Assim, reconhecer desigualdades e elaborar políticas públicas efetivas exige analisar não apenas a dimensão econômica da vulnerabilidade, mas também a heranças estruturais do colonialismo do poder, isto é, os padrões históricos que continuam organizando hierarquias raciais e de gênero, bem como os processos de pertencimento territorial, as cosmologias locais e as trajetórias ancestrais que constituem essas mulheres como sujeitas coletivas. Ignorar essas camadas de opressão seria reproduzir o apagamento que a própria interseccionalidade busca desestabilizar.

Gênero como categoria analítica e o silenciamento feminino

Scott (1995), afirma que o gênero constitui uma categoria analítica central para compreender como relações de poder são organizadas, naturalizadas e reproduzidas nas sociedades. Sob essa perspectiva, o gênero não é apenas diferença entre homens e mulheres, mas um sistema simbólico que produz significados, delimita posições sociais e define quem pode ocupar espaços de autoridade, visibilidade e decisão.

No campo da comunicação, essa dinâmica se manifesta tanto na sub representação das mulheres em posições de decisões como editorias, coordenações de mídia comunitária ou lideranças institucionais, quanto na forma como seus corpos e experiências são enquadrados discursivamente. A produção midiática frequentemente sexualiza, infantiliza, moraliza ou reduz o feminino a papéis de cuidado, fragilidade ou dependência, reforçando imaginários que limitam a legitimidade das mulheres como agentes públicos e produtoras de conhecimento.

O silenciamento feminino, portanto, não é acidental é tratado como um mecanismo estrutural, no qual a autoridade discursiva, isto é, quem fala, quem é ouvido e quem tem sua fala validada, depende das relações de poder, e não de competência, experiência ou conhecimento acumulado. A ausência de mulheres nos espaços de enunciação pública, assim como a desqualificação de suas narrativas, opera como forma de controle social que restringe suas possibilidades de participação política, reconhecimento profissional e construção de identidades coletivas.

Nesse sentido, analisar a comunicação a partir da categoria gênero permite evidenciar como discursos e práticas midiáticas a manutenção das hierarquias sociais e da deslegitimação do trabalho e da voz das mulheres, especialmente daquelas marcadas por raças e pertencentes a comunidades tradicionais. Ao mesmo tempo, evidencia o potencial transformador de narrativas que rompem com esse regime de visibilidade, abrindo caminhos para que mulheres se tornem sujeitos de fala, ação e direito.

Comunicação como arena de disputa simbólica

A comunicação não deve ser compreendida como um simples canal de transmissão de mensagens, mas como uma arena na qual sentidos sociais são produzidos, negociados

e legitimados. Sodré (2006) destaca que a comunicação organiza a vida social ao constituir regimes de visibilidade e reconhecimento, enquanto Barbero (2009) evidencia que a mídia atua como campo de disputas simbólicas, mediando relações de poder e selecionando quais narrativas adquirem relevância pública.

Nesse processo, discursos midiáticos não são neutros: eles podem reforçar estereótipos de gênero, como a figura da mulher frágil, auxiliar, dependente ou naturalmente vocacionada ao cuidado, contribuindo para a reprodução de desigualdades históricas. Ao enquadrar as mulheres da pesca artesanal como “ajudantes” ou como personagens secundárias, a mídia reforça uma ordem simbólica que desvaloriza seu trabalho e restringe suas possibilidades de atuação no espaço público.

Por outro lado, quando os meios de comunicação ampliam vozes femininas, reconhecem saberes tradicionais, visibilizam lideranças locais e questionam hierarquias naturalizadas, tornam-se ferramentas de resistência, afirmação identitária e reconfiguração política. A comunicação passa a operar como espaço de disputa e de produção de novos sentidos, possibilitando que mulheres pescadoras se reconheçam e sejam reconhecidas como agentes centrais na organização produtiva e comunitária.

Assim, a comunicação pode funcionar simultaneamente como mecanismo de controle social, ao reafirmar classificações que mantêm a ordem desigual, e como potencial de ruptura política, quando abre espaço para narrativas contra hegemônicas que desestabilizam estruturas simbólicas e ampliam condições de cidadania. Essa ambivalência é central para compreender como discursos, imagens e enquadramentos comunicacionais influenciam a construção das identidades femininas e o reconhecimento das trabalhadoras da pesca artesanal.

Comunicação, educação emancipatória e políticas públicas

Para Freire (2019), a palavra só se torna verdadeiramente libertadora quando é acompanhada de diálogo, reflexão crítica e participação ativa dos sujeitos em sua própria história. Essa concepção de educação emancipatória desloca a comunicação de um simples ato de informar para um processo de construção coletiva de consciência, no qual os sujeitos reconhecem suas condições de existência e ampliam sua capacidade de agir no mundo.

Aplicada à comunicação, essa perspectiva indica que o fortalecimento das mulheres, especialmente daquelas inseridas em comunidades tradicionais como a pesca artesanal, depende de práticas formativas que ampliem o direito à voz, a autonomia política e o protagonismo nas decisões que afetam suas vidas.

Nesse sentido, as políticas públicas orientadas pelos princípios de Freire (2019), não podem restringir-se à oferta de recursos materiais, devem promover formação crítica, estímulo à organização coletiva, acesso à linguagem comunicacional e desenvolvimento de competências que permitam às mulheres disputar narrativas e espaços institucionais. A comunicação comunitária, quando articulada à educação popular, torna-se um instrumento fundamental para que marisqueiras, pescadoras e trabalhadoras do mar e do rio, produzam suas próprias narrativas, fortaleçam redes de solidariedade e ocupem posições de liderança.

Políticas de inserção produtiva, programas de formação em comunicação comunitária, apoio institucional aos coletivos de mulheres, incentivo a associações, fortalecimento de espaços de encontro e promoção de direitos socioeconômicos constituem estratégias capazes de transformar estruturalmente o campo pesqueiro. Essas ações tornam o reconhecimento social das trabalhadoras não apenas simbólico, mas visível e concreto: ampliam sua presença no debate público, consolidam sua legitimidade como agentes produtivas e impulsionam mudanças na divisão sexual do trabalho.

Assim, ao articular comunicação, educação emancipatória e políticas públicas, cria-se um caminho para enfrentar desigualdades de gênero, raça e classe na pesca artesanal. Trata-se de promover autonomia, desnaturalizar hierarquias e produzir condições para que as mulheres construam suas próprias formas de participação política e comunitária,

exatamente como defende Freire (1996), ao compreender que “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”.

Síntese integradora

A leitura articulada de Bourdieu, Butler, Fraser, Gonzalez, Lugones, Scott, Hooks, Sodré, Barbero e Freire revelam que a desigualdade de gênero na pesca artesanal não é um fenômeno pontual ou exclusivamente econômico, mas um regime estrutural multidimensional, sustentado por hierarquias simbólicas, normativas, comunicacionais e histórico coloniais. No cerne desse regime, o trabalho das mulheres é sistematicamente desvalorizado, silenciado ou deslocado para zonas de invisibilidade, mesmo constituindo parte essencial da cadeia produtiva e da vida comunitária.

Bourdieu (1998), demonstra que essa desvalorização se reproduz por meio de *habitus* e violências simbólicas que naturalizam papéis subordinados; Butler (2018), evidencia que tais papéis resultam de normas performativas reiteradas, que definem quem pode ocupar posições de legitimidade produtiva; e Scott (1995), reforça que o gênero organiza relações de poder, controlando a autoridade discursiva. Fraser (2007), amplia o debate ao mostrar que injustiças são simultaneamente materiais e culturais, exigindo políticas que unam redistribuição e reconhecimento. Gonzalez (2020), e Lugones (2008), aprofundam essa análise ao denunciar as camadas de racialização e colonialidade que posicionam mulheres negras, indígenas e de comunidades tradicionais em lugares ainda mais vulnerabilizados, produzindo apagamentos epistêmicos e desigualdades persistentes.

No campo comunicacional, Sodré (2006), e Barbero (2009), evidenciam que a mídia e as práticas de comunicação são arenas estratégicas de disputa simbólica, podem reafirmar estereótipos de fragilidade e submissão ou abrir espaços de visibilidade para trajetórias, saberes e reivindicações femininas. Hooks (1984), complementa essa perspectiva ao afirmar que a resistência das mulheres, especialmente as negras, é expressada na produção de narrativas próprias, que desestabilizam hegemonias e fortalecem identidades coletivas. Finalmente, Freire (2019), traz o horizonte emancipatório, compreendendo a comunicação como prática dialógica capaz de ampliar consciência crítica, fortalecer autonomia e favorecer participação política.

Esses aportes convergem para um ponto central, a condição das trabalhadoras da pesca é produzida pela articulação entre comunicação, reconhecimento simbólico e materialidade econômica. A desigualdade que as atravessam não se explica por uma única dimensão, mas pelo entrelaçamento entre valores culturais, estruturas coloniais, práticas discursivas, ausência de direitos, precarização laboral e silenciamentos institucionais. Portanto, políticas públicas comprometidas com justiça de gênero precisam atuar simultaneamente sobre essas camadas, garantir direitos e condições de trabalho, reconhecer e valorizar saberes tradicionais, ampliar a presença das mulheres nos espaços decisórios e transformar os regimes de visibilidade que regulam suas existências.

Trata-se, em síntese, de compreender que ampliar voz, presença e poder das mulheres no campo pesqueiro é um processo que exige enfrentar sistemas simbólicos igualmente complexos e persistentes quanto os desafios materiais. Apenas abordagens integradas e interdisciplinares são capazes de transformar uma estrutura historicamente organizada pela desigualdade em um campo de emancipação, autonomia e justiça.

DESENVOLVIMENTO DO TEMA

O cenário da pesca artesanal revela um conjunto de práticas cotidianas que sustentam tanto a dinâmica produtiva quanto a vida comunitária, mas que, paradoxalmente, operam sob uma lógica de desigualdade estrutural. A partir da vivência das mulheres nesse

ambiente, torna-se evidente que existe uma discrepância profunda entre sua participação efetiva e o reconhecimento social, político e institucional de seu trabalho. O desenvolvimento deste estudo busca explicitar essas contradições a partir de três eixos centrais: a divisão sexual do trabalho e a naturalização da desigualdade, a comunicação violenta, como dispositivo de silenciamento e as múltiplas formas de resistência e agência feminina no cotidiano pesqueiro.

Eixo 1 — Divisão Sexual do Trabalho e Naturalização da Desigualdade

A análise das práticas cotidianas das comunidades pesqueiras evidencia que a divisão sexual do trabalho opera como um dos pilares estruturantes das desigualdades de gênero. Historicamente, as mulheres foram destinadas a funções consideradas “leves”, “domésticas” ou “auxiliares”, apesar de sua participação ser fundamental para a reprodução econômica e simbólica da cadeia produtiva. Atividades como a coleta de mariscos, a limpeza e o beneficiamento do pescado, a preparação para a venda, a organização familiar e comunitária, frequentemente executadas por mulheres, que sustentam a continuidade da pesca artesanal, ainda que não recebam o mesmo reconhecimento conferido às funções exercidas pelos homens.

Essa separação entre “trabalho pesado” e “trabalho leve” não apenas desconsidera o esforço físico e técnico presente nas tarefas femininas, como também reforça papéis de gênero que naturalizam a ideia de que a centralidade produtiva pertence ao masculino. Trata-se de uma construção que atravessa gerações e se manifesta tanto na prática quanto na linguagem cotidiana, contribuindo para o apagamento sistemático do protagonismo feminino. Conforme expõe Butler (2018), normas de gênero não emergem espontaneamente: são continuamente reiteradas pelas interações sociais, moldando expectativas e restringindo as possibilidades de atuação das mulheres. Nas comunidades pesqueiras, essa performatividade traduz-se na reprodução diária de discursos que deslegitimam a participação feminina, cristalizando padrões que se tornam, com o tempo, quase imperceptíveis.

A consequência direta dessa construção simbólico-material é um hiato entre a presença efetiva das mulheres no processo produtivo e sua visibilidade social. Mesmo desempenhando funções indispensáveis, sua contribuição permanece subvalorizada, gerando impactos na autonomia econômica, no reconhecimento institucional e no acesso a direitos trabalhistas e previdenciários. Assim, o primeiro eixo evidencia como a divisão sexual do trabalho não é um simples mecanismo organizacional, mas um dispositivo de poder que estrutura desigualdades profundas e persistentes.

Eixo 2 — Comunicação Violenta, Silenciamentos e Violência Simbólica

A comunicação, no contexto das comunidades pesqueiras, constitui não apenas uma prática instrumental, mas um espaço de produção de sentidos e de regulação das relações sociais. Quando atravessada por hierarquias patriarcais, ela pode converter-se em um mecanismo de silenciamento e de deslegitimação da experiência feminina. A comunicação violenta, nos termos propostos por Rosenberg (2006), manifesta-se nas palavras, nos gestos, nos tons de voz, nos olhares reprovadores e, sobretudo, nos silêncios que interditam a fala das mulheres. Esses elementos, que muitas vezes passam despercebidos, operam como dispositivos que limitam sua participação em espaços decisórios, fragilizam sua autoestima e reforçam a sensação de que seus saberes não possuem valor público.

A articulação entre comunicação violenta e violência simbólica, conforme analisada por Bourdieu (1998), revela como formas sutis de interação podem reproduzir desigualdades

de modo naturalizado. Quando uma trabalhadora da pesca artesanal tem sua opinião ignorada em uma assembleia comunitária, quando sua fala é ridicularizada ou quando o conhecimento adquirido ao longo dos anos é desqualificado como “ajuda” ou “intuição feminina”, não se trata apenas de uma dinâmica interpessoal, é a expressão de um sistema de dominação que organiza as posições de poder a partir do gênero. A violência simbólica, ao ser incorporada como hábito, transforma relações assimétricas em partes aparentemente inevitáveis da vida cotidiana.

Esses processos comunicacionais também impactam a subjetividade das mulheres, produzindo sensações de medo, recolhimento e autodesvalorização. O corpo, nesse contexto, torna-se um campo onde a opressão se inscreve, como indicam estudos antropológicos sobre gestos, expressões e posturas que revelam tentativas de “ocupar menos espaço”. A comunicação violenta não atua apenas na esfera discursiva: ela se materializa nos corpos e define os limites do que pode ou não ser dito e vivido. Assim, o segundo eixo explicita como a comunicação opera simultaneamente como instrumento de controle e como estrutura de manutenção das desigualdades de gênero na pesca artesanal.

Eixo 3 — Resistências, Agências Femininas e Reconfigurações do Espaço Social

Apesar do contexto de desigualdades estruturais, as mulheres das comunidades pesqueiras não se encontram passivas. Ao contrário, constroem múltiplas formas de resistência e agência que desafiam a ordem patriarcal e produzem fissuras importantes no tecido social. Essas resistências se manifestam em práticas do cotidiano: decisões compartilhadas no núcleo familiar, organização de redes solidárias, circulação de narrativas próprias, reivindicações por direitos trabalhistas e articulação com movimentos sociais e coletivos de mídia comunitária.

As perspectivas de Hooks (1984), Gonzalez (2020) e Lugones (2008) ajudam a compreender que muitas dessas resistências emergem de trajetórias marcadas por raça, classe e territorialidade. As mulheres negras, indígenas e quilombolas, presentes de forma significativa na pesca artesanal, carregam consigo saberes ancestrais, cosmologias próprias e formas de leitura do mundo que tensionam o pensamento hegemônico. A resistência, nesse contexto, é tanto gesto quanto narrativa: é o ato de permanecer, de transmitir conhecimentos, de reorganizar práticas de trabalho, de ocupar espaços de fala e de afirmar identidades historicamente estigmatizadas.

Além disso, observa-se um avanço significativo no protagonismo feminino em espaços comunicacionais, seja por meio de mídias digitais, seja por iniciativas comunitárias inspiradas na pedagogia crítica de Freire (2019). A comunicação, quando apropriada pelas mulheres, transforma-se em instrumento de emancipação, possibilitando a criação de

espaços onde suas vozes ganham centralidade, sua experiência torna-se referência e sua presença se converte em força política. Esse movimento dialoga com Fraser (2007) ao articular reconhecimento e redistribuição como dimensões inseparáveis da justiça social: é necessário valorizar simbolicamente as mulheres trabalhadoras da pesca artesanal, mas também assegurar direitos concretos que lhes garantam autonomia e dignidade.

Assim, o terceiro eixo evidencia que, mesmo em meio a estruturas opressoras, as mulheres produzem deslocamentos significativos, reafirmando suas identidades, ampliando sua presença pública e contribuindo para a reconfiguração das relações sociais dentro das comunidades pesqueiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada ao longo deste estudo demonstra que a invisibilidade das mulheres trabalhadoras na pesca artesanal não é mero efeito colateral das práticas comunitárias, mas resultado de estruturas simbólicas, comunicacionais e institucionais que reproduzem desigualdades de gênero. A partir das contribuições teóricas de Bourdieu, Butler, Fraser, Scott, Hooks e outras autoras fundamentais, torna-se evidente que a comunicação entendida em sentido amplo, desempenha papel central nesse processo, seja reforçando hierarquias patriarcais, seja abrindo caminhos para resistência e emancipação.

Constatou-se que a comunicação violenta atua como dispositivo poderoso de silenciamento, afetando não apenas a autoestima das mulheres trabalhadoras na pesca artesanal, mas também sua capacidade de participação política e comunitária. Esses mecanismos são reforçados por práticas culturais que associam o trabalho das mulheres a funções auxiliares, mesmo quando elas assumem atividades essenciais à reprodução material e simbólica das comunidades pesqueiras. A violência simbólica, nesse contexto, se inscreve nos corpos, nas palavras e nos gestos, produzindo subjetividades marcadas pelo medo, pela resignação ou pelo recolhimento.

No entanto, o estudo também evidencia que há potentes formas de resistência. Mulheres têm construído narrativas próprias, articulado nas redes de apoio e reivindicado direitos de forma crescente. As perspectivas interseccionais de Gonzalez e Lugones permitem compreender que essas resistências são plurais e atravessadas por marcadores como raça, classe e territorialidade, tornando a luta das pescadoras um campo complexo e profundamente político.

Assim, as considerações finais deste trabalho apontam para a necessidade urgente de políticas públicas que reconheçam e legitimem o papel das mulheres na pesca artesanal, ampliando sua proteção social, garantindo direitos previdenciários, fortalecendo sua autonomia econômica e promovendo sua participação em espaços de decisão. A educação política e a comunicação dialógica, inspiradas em Freire (2019), constituem caminhos fundamentais para enfrentar a comunicação violenta e construir relações comunitárias mais democráticas.

Em síntese, o estudo reafirma que a visibilidade e o reconhecimento das mulheres pescadoras não são apenas questões de justiça social, mas condição indispensável para a sustentabilidade cultural, econômica e política das comunidades pesqueiras brasileiras. Avançar nesse sentido exige a articulação entre teoria crítica, ação política e práticas comunicacionais inclusivas que promovam autonomia, dignidade e igualdade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Shirlena Campos de Souza et al. *Mulheres e direitos: a importância da participação no Núcleo de Direitos e Benefícios PEA Pescarte*. In: Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades, 11., 2022, Marabá. Anais [...]. Marabá: Unifesspa, 2022. Disponível em: https://www.even3.com.br/anais/XI_Coninter/568227MULHERES-E-DIREITOS--A-IMPORTANCIA-DA-PARTICIPACAO-NO-NUCLEO-DEDIREITOS-E-BENEFICIOS-PEA-PESCARTE. Acesso em: 28 nov. 2025.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FALEIROS, Vicente de Paula. *O que é política social*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

FRASER, Nancy. *Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça em uma era "pós-socialista"*. *Cadernos de Campo*, São Paulo, n. 14/15, p. 231-239, 2006.

FRASER, Nancy. *Reconhecimento sem ética?* *Lua Nova*, São Paulo, n. 70, p. 101-138, 2007.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 65. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, bell. *Feminist theory: from margin to center*. Boston: South End Press, 1984.

JENAINATI, Cáthia. *Feminismo: um guia gráfico*. Rio de Janeiro: Sextante, 2020.

LAVINAS, Lena. *As mulheres no universo da pobreza: o caso brasileiro*. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 4, n. 2, 1996.

LAVINAS, Lena. *A feminização da pobreza: mulheres e bem-estar social na América Latina*. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 1996.

LEITÃO, M. R. F. A. *Amazônica – Revista de Antropologia*, Belém, v. 5, n. 1, p. 100-115, 2013.

LUGONES, María. *Colonialidade e gênero*. *Tabula Rasa*, n. 9, p. 73–102, 2008.

MANESCHY, Maria Cristina. *Da casa ao mar: papéis das mulheres na construção da pesca responsável*. In: *Seminário Internacional sobre Pesca Responsável*, 1997, Beberibe, Ceará. *Revista Proposta*, Rio de Janeiro, n. 84/85, p. [indicar páginas se houver], mar./ago. 2000.

MANHÃES, Karina Ritter. *Mulheres da pesca e as lutas feministas: a influência da pauta emancipatória no protagonismo das mulheres inseridas na cadeia da pesca artesanal que participam das ações do Núcleo de Direitos e Benefícios – NDB do PEA Pescarte*. Campos dos Goytacazes, RJ: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, 2023.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

PIMENTEL, Silvia et al. *Violência contra a mulher: questões de direito e justiça*. São Paulo: Cecilia Sardenberg; NEIM/UFBA, 2009.

ROSENBERG, Marshall B. *Comunicação não-violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais*. São Paulo: Ágora, 2006.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *A mulher na sociedade de classes*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo, 2007.

SCOTT, Joan W. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, 1995.

SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SODRÉ, Muniz. *A Sociedade Midiatizada*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.

WEIL, Pierre; TOMPAKOW, Roland. *O corpo fala: a linguagem silenciosa da comunicação não verbal*. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.